

Um programa de agressão sem precedentes ao povo e ao país

O que diz o acordo de PS/PSD/CDS com a troika?

Desmentindo a operação montada por PS, PSD e CDS, as medidas previstas são a maior agressão aos direitos do povo e aos interesses do país desde os tempos do fascismo. Trata-se de um programa ilegítimo de intervenção externa – FMI/BCE/UE –, construído para favorecer os grupos económicos e financeiros nacionais e estrangeiros, que aprofunda e desenvolve tudo o que foi rejeitado no PEC IV. Um ataque sem precedentes à soberania e independência, só possível pelo papel de abdicação dos interesses nacionais que PS, PSD e CDS estão a assumir.

Uma intervenção que, a concretizar-se, contribuiria para o agravamento da recessão económica, do desemprego e da pobreza bem como para o agravamento da dependência externa. Uma intervenção e uma ingerência que o povo português não pode aceitar e que agravaria, a ser aplicada, todos os problemas nacionais, incluindo as condições para o pagamento da dívida externa.

Agravamento da exploração

- Facilitação e embaraçamento dos despedimentos;
- Redução do subsídio de desemprego para um máximo de 18 meses e redução do seu montante;
- Flexibilização do horário de trabalho e redução do valor pago pelas horas extraordinárias;
- Ataque à contratação colectiva e ao papel dos sindicatos na negociação.

Ataque aos rendimentos de trabalhadores e reformados

- Congelamento do salário mínimo nacional e desvalorização geral dos salários;
- Diminuição real de todas as pensões e reformas durante três anos;
- Aumento do IVA para bens essenciais;
- Aumento do IRS por via da eliminação de deduções fiscais (saúde, educação, habitação);
- Eliminação das isenções de IMI e aumento das suas taxas;
- Aumento dos preços de energia eléctrica e do gás;

- Aumento do valor das rendas e facilitação dos despejos;
- Continuação dos cortes nas prestações sociais;
- Agravamento significativo das taxas moderadoras;
- Diminuição das comparticipações dos medicamentos.

Ataque aos trabalhadores e às funções do Estado

- Cortes significativos na saúde, educação, justiça, administração local e regional;
- Encerramento e concentração de serviços (hospitais, centros de saúde, escolas, tribunais, finanças);
- Congelamento durante três anos dos salários dos trabalhadores da administração pública;
- Redução de dezenas de milhares de postos de trabalho;
- Eliminação de freguesias e municípios em número significativo.

Privatizações

Entrega de empresas e participações estratégicas ao capital privado e venda de património do Estado EDP, REN; TAP – já em 2011 e CP Carga; Linhas suburbanas; portos marítimos; empresas municipais, e outras para diante. Privatização da Caixa Geral de Depósitos no seu ramo segurador .



FMI fora de Portugal!

Sacrifícios para o povo. Mais apoios à banca e grupos económicos

- Banca e grupos económicos isentos de qualquer medida de penalização;
- Transferências de 12 mil milhões de euros para a banca, acrescida de garantias estatais no valor de 35 mil milhões de euros;
- Consumação da assunção pelo Estado dos prejuízos da gestão fraudulenta do BPN, através da sua privatização até Julho de 2011, sem preço mínimo e liberta de qualquer ónus para o comprador;

Havia e há alternativa ao desastre!

- **Produção Nacional**
- **Renegociar a dívida**
- **Tributar os grupos económicos**

Portugal não pode aceitar este saque. A resposta ao problema da dívida passa pela sua imediata renegociação, nos prazos, nos juros e nos montantes a pagar. Simultaneamente há que diversificar as fontes de financiamento do Estado e do país, renegociar as chamadas Parcerias Público Privadas. Portugal precisa de produzir mais para dever cada vez menos e assumir uma atitude perante a União Europeia não de submissão, mas de defesa intransigente dos interesses nacionais.



O povo português não pode aceitar este rumo!

Se FMI/BCE/UE são o instrumento que o grande capital determinou para liquidar direitos e apropriar recursos, foram PS/PSD/CDS que, de forma ilegítima, lhes abriram a porta. Uma ilegitimidade que nenhuma manobra ou acto formal futuro poderá apagar. Uma ilegitimidade que o povo português terá sempre – pois é nele que a soberania reside – possibilidade de reverter. Uma ilegitimidade que torna mais urgente e necessária a ruptura e a mudança que o país tanto precisa.

Contra a submissão e o desastre, dá mais força à CDU!

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

